



CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da 36ª reunião, realizada em 23 de novembro de 2011

1 Em 23 de novembro de 2011, reuniu-se a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
2 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: a presidente Paula Meireles
5 Aguiar / Evilânia Alfnas Moreira e Rander Abrão Tostes – representantes dos usuários
6 de recursos hídricos; José de Castro Procópio e Ana Cristina da Silveira – representantes
7 de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos; Joaquim Arildo Borges –
8 representante do poder público estadual. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** A
9 presidente Paula Meireles Aguiar declarou aberta a 36ª reunião da Câmara Técnica
10 Institucional e Legal. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve
11 manifestações. **3) EXAME DE ATAS DE REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as
12 atas da 34ª e da 35ª reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal, realizadas em 30
13 de setembro e 17 de outubro de 2011, respectivamente. **4) DELIBERAÇÃO SOBRE A**
14 **EQUIPARAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE**
15 **RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI**
16 **(ABHA) A AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA DO COMITÊ DA BACIA**
17 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO PARANAÍBA.**
18 **Apresentação: IGAM e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do**
19 **Alto Paranaíba.** A Câmara Técnica Institucional e Legal aprovou por unanimidade a
20 equiparação da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia
21 Hidrográfica do Rio Araguari (ABHA) a Agência de Bacia Hidrográfica do Comitê da
22 Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba nos termos apresentados
23 pelo CBH e de acordo com os pareceres técnico e jurídico do IGAM. A presidente Paula
24 Meireles Aguiar registrou que a regional da Fiemg se coloca à disposição para contribuir
25 na divulgação do trabalho desenvolvido pela ABHA. **5) PROPOSTA DE PLANO DE**
26 **TRABALHO DOS PROPONENTES DEFINIDOS PELOS COMITÊS DE BACIA**
27 **HIDROGRÁFICA NO ÂMBITO DOS CONVÊNIOS PARA ESTRUTURAÇÃO**
28 **DOS COMITÊS, VIABILIZADOS COM OS RECURSOS DOS 7,5% (SETE E**
29 **MEIO POR CENTO) DO FIDRO.** **Apresentação: IGAM.** A presidente Paula
30 Meireles Aguiar informou que, por não se tratar de competência da CTIL, a Câmara não
31 deverá deliberar sobre este item da pauta, mas colocou-se à disposição para sugestões. A
32 diretora Geral do IGAM, Cleide Izabel Pedrosa de Melo, informou que, na avaliação do
33 órgão, os primeiros planos de trabalho apresentados já foram aprimorados, mas ainda
34 necessitam de aperfeiçoamento e, neste sentido, se colocou aberta ao recebimento de
35 contribuições ao instrumento. “Temos que ter pelo menos um escopo básico que

36 contenha o mínimo exigido em cada plano de trabalho, definindo previamente os limites,
37 objetivos e uma linha de ação para que os comitês alcancem os objetivos esperados.
38 Nada impede que, dependendo da instituição, possamos fazer convênios diferenciados,
39 mas é necessário que se tenha esse plano básico.” A presidente Paula Meireles Aguiar
40 solicitou que fossem considerados pelo IGAM os resultados obtidos pelo Grupo de
41 Trabalho instituído para definição dos critérios de avaliação de desempenho, visando
42 embasar a distribuição dos recursos do Fhidro, no mesmo sentido da recomendação ao
43 CERH aprovada pela CTIL em sua 35ª reunião, de 17/10/2011. O conselheiro José de
44 Castro Procópio propôs que fosse incluída, no plano de trabalho, previsão de
45 atendimento de demandas emergenciais, e citou o caso da necessidade de impressão de
46 documentos. A conselheira Ana Cristina da Silveira esclareceu que o exemplo citado
47 pelo conselheiro, especificamente, está previsto nos convênios, porém, é necessário que
48 seja feito um planejamento por meio de dotação orçamentária. A presidente Paula
49 Meireles Aguiar considerou pertinente que esse tema seja encaminhado como sugestão
50 ao IGAM para o aprimoramento dos planos de trabalho. **6) MINUTAS DE**
51 **DELIBERAÇÕES NORMATIVAS CERH QUE ALTERAM AS DELIBERAÇÕES**
52 **NORMATIVAS CERH N°S 19, 21, 22 E 35, CONSIDERANDO OS**
53 **ENCAMINHAMENTOS DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DOS**
54 **CONTRATOS DE GESTÃO (CTCG) E DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA CTIL /**
55 **CTCG SOBRE AS SOBREPOSIÇÕES DE COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO**
56 **TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO E DA**
57 **CTCG. Apresentação: IGAM.** A Câmara Técnica Institucional e Legal aprovou por
58 unanimidade as minutas de Deliberações Normativas CERH que alteram as Deliberações
59 Normativas n° 19, de 28 de junho de 2006, n° 21, de 25 de agosto de 2008, n° 22, de 25
60 de agosto de 2008, e n° 35, de 13 de outubro de 2010, nos termos apresentados pela
61 Gerência de Cobrança, com base nos encaminhamentos da 3ª reunião da Câmara Técnica
62 dos Contratos de Gestão (CTCG) e da 1ª reunião conjunta CTIL / CTCG, que analisou a
63 sobreposição de competências da Comissão Técnica de Acompanhamento dos Contratos
64 de Gestão e da CTCG e deliberou pela extinção da CTCG. **7) PROPOSTA DE**
65 **COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO DO**
66 **REPASSE DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS**
67 **HÍDRICOS.** A Câmara Técnica Institucional e Legal aprovou por unanimidade a
68 proposta de composição da Comissão Permanente de Fiscalização, nos termos
69 apresentados pelo IGAM. De acordo com a proposta aprovada, a Comissão Permanente
70 de Fiscalização será composta por 4 (quatro) membros: – um servidor da Secretaria de
71 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), tendo sido
72 indicado, pela Secretaria, o superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças; –
73 um servidor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); – um servidor da
74 Secretaria de Estado da Fazenda (SEF); – um membro do Conselho Estadual de Recursos
75 Hídricos (CERH), tendo sido indicado, pelo IGAM, a Federação das Indústrias do
76 Estado de Minas Gerais (Fiemg). A presidente Paula Meireles Aguiar destacou que a
77 proposta de composição deverá ser submetida ao Plenário do Conselho Estadual de

78 Recursos Hídricos, considerando que envolve alteração de Deliberação Normativa. 8)
79 **ASSUNTOS GERAIS. Acompanhamento dos projetos do Fhidro.** O conselheiro
80 Rander Abrão Tostes recomendou ao IGAM que analisasse a viabilidade de se
81 estabelecer mecanismos de acompanhamento, pelos comitês de bacias, do processo de
82 implementação dos projetos aprovados com recursos do Fhidro e sugeriu que pudessem
83 ser exigidos relatórios dos proponentes durante o desenvolvimento do projeto ou após a
84 conclusão. A diretora Geral do IGAM, Cleide Izabel Pedrosa de Melo, informou que está
85 previsto em edital que os projetos devem ser deliberados em plenário e destacou que o
86 comitê tem competência para exigir essa apresentação. Cleide Izabel Pedrosa de Melo
87 vai recomendar à Secretaria Executiva do Fhidro, que encaminhe aos comitês de bacias,
88 relatório informando todos os projetos em execução naquela bacia, para que seja feito o
89 acompanhamento. O conselheiro José de Castro Procópio propôs que, em cada exercício,
90 fosse estabelecida uma temática de projetos a serem apresentados ao Fhidro, com o
91 objetivo de definir parâmetros para as ações e permitir a criação de indicadores de
92 qualidade para avaliação desses projetos. “Podemos criar um foco específico, como
93 proteção de nascente, recuperação de mata ciliar ou contaminação da água. A Meta 2010
94 conseguiu avançar porque tinha um foco. Seria um trabalho conjunto e o órgão gestor,
95 assim como a SEMAD, teria que ser proponente disso, porque são 36 comitês e há
96 realidades díspares no Estado. O problema da água acaba sendo comum a todos, mas
97 qual é realmente a prioridade para o Estado?” Conselheira Ana Cristina da Silveira:
98 “Gostaria de reforçar o encaminhamento. Realmente, precisamos de mais transparência e
99 mais divulgação, o que vai nos ajudar a fiscalizar. Outra sugestão ao IGAM é que lance
100 o edital com um pouco mais de antecedência. Abriu-se o prazo de inscrições no Fhidro
101 no dia 15 de agosto, mas só aprovamos, no Conselho Estadual, no dia 13 de agosto.
102 Então, para alguns comitês, não houve tempo hábil para que recepcionassem os projetos
103 e fizessem toda essa hierarquização e pontuação.” Cleide Izabel Pedrosa de Melo,
104 diretora Geral do IGAM: “Realmente, tivemos dificuldades na elaboração do edital, mas
105 ele foi muito discutido, inclusive, com a participação de representantes dos comitês e
106 contribuições do CERH. A participação do conselho também foi fundamental. Só que
107 estávamos “presos” no prazo estabelecido em Decreto. A nossa proposta de modificação
108 do decreto vai possibilitar melhorias em relação ao prazo e vamos poder abrir até mais
109 de um edital no ano. Na medida em que vai sendo implementado é que vamos vendo as
110 dificuldades e tentando corrigir. Achei muito boa a sugestão de o Estado definir qual é a
111 prioridade para cada região e também discutirmos pelas diretrizes. Mas também sempre
112 teremos buscaremos trabalhar com as UPGRHs, porque é uma forma de fortalecer os
113 Comitês. Com o recurso sendo distribuído no âmbito dos Comitês, estamos fazendo
114 também com que a sociedade enxergue esses comitês de bacias e procurem tomar
115 conhecimento dos planos de bacia. O conselheiro José de Castro Procópio sugeriu a
116 realização de um seminário com os presidentes dos comitês. “Imagine os três segmentos
117 de cada um dos 36 comitês participando de um seminário para definição dessa pauta para
118 o Fhidro. Teríamos uma visão do Estado nos três segmentos: o poder público regional,
119 que tem suas carências; o setor de usuários, que tem suas demandas totalmente

120 diferentes; e a visão da sociedade, que tem outras demandas. Levaríamos essas três
121 demandas para um debate. Um bom seminário geraria um produto final e o Fhidro iria
122 crescer com a divulgação ampla desse processo. Significaria dizer que o Estado está
123 tomando conhecimento de que existe um processo real de recuperação da bacia
124 hidrográfica.” Leocádio Alves Pereira, presidente da ABHA: “No CBH- Araguari, foram
125 encaminhados cinco projetos bastante produtivos, bastante técnicos e criteriosos, e o
126 comitê teve que desenvolver uma forma de hierarquização. O Comitê criou um grupo – a
127 ABHA participou – e criou um modelo para se fazer esses projetos. Então, o Comitê
128 buscou esse procedimento e entendo que tem que ser dessa forma. Como são R\$ 800 mil
129 por UPGRH – são 36 Unidades –, tem R\$ 7,2 milhões ainda, e são necessários projetos
130 mais amplos. Amanhã, o Comitê irá aprovar essa hierarquização em Sacramento. Outra
131 questão importante é que o resumo executivo do plano da bacia do rio Araguari está no
132 “forno” e queremos terminar a parte gráfica e distribuir, porque os volumes são muito
133 grandes. O resumo executivo vai dar uma dinâmica maior ao entendimento do
134 instrumento principal do Comitê.” Lilian Márcia Domingues de Resende, gerente de
135 Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas, do IGAM: “Gostaria de ressaltar que esses
136 critérios criados foram divulgados. Inclusive, foram encaminhados à Gerência de Apoio
137 aos Comitês e postamos, para todos os Comitês de Bacia, esse exemplo de proatividade
138 que entendemos que tem que ser divulgado. Encaminhamos também para os e-mails das
139 secretarias na esperança de que possamos aprimorar com os exemplos que estão sendo
140 colocados.” Antônio Geraldo de Oliveira, presidente do Comitê Afluentes do Alto
141 Paranaíba: “Gostaríamos de agradecer pela oportunidade e apoio da CTIL. Agora temos
142 mais uma possibilidade de sucesso, pois em breve teremos nosso Plano Integrado de
143 Recursos Hídricos da bacia do Rio Paranaíba e buscaremos outros instrumentos de
144 gestão, haja vista que o nosso CBH-Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba tem grandes
145 problemas com relação a conflito e degradação. Quero deixar aqui o agradecimento, em
146 nome de todos os membros do Comitê, e que possamos avançar na questão dos recursos
147 hídricos.” Leocarlos Marques Mundin, segundo secretário do Comitê Afluentes do Alto
148 Paranaíba: “Eu também quero agradecer e pedir à doutora Cleide para não deixar morrer
149 uma mobilização que foi feita no COPAM de Uberlândia a respeito da situação dos
150 barramentos. Como aqui há representantes de outras entidades, inclusive entidades que
151 não estão ligadas diretamente à agricultura, gostaria de registrar que estamos com um
152 problema pontual na nossa região. Para resolver os conflitos pelo uso da água,
153 precisamos fazer o uso de uma ferramenta de regularização de fluxo nos mananciais, que
154 são os barramentos. Por causa de uma resolução do Conama que limita a intervenção em
155 APP em no máximo 5%, então, não estamos conseguindo fazer o uso dessa ferramenta.
156 Desde 2008, não conseguimos liberar praticamente nenhum barramento de irrigação na
157 nossa região. Gostaríamos que a doutora Cleide não deixasse isso morrer dentro do
158 IGAM, porque houve uma mobilização técnica por parte da doutora Cleide para tentar
159 encontrar uma solução e estamos impedidos agora numa mobilização política para
160 resolver.” Calendário de reuniões de 2012. A presidente Paula Meireles Aguiar
161 comunicou aos demais conselheiros que será apresentada, na próxima reunião do

162 Plenário do CERH, proposta de calendário das Câmaras Técnicas para 2012. Houve
163 consenso entre os conselheiros para que as reuniões da CTIL sejam mantidas na terceira
164 segunda-feira de cada mês. A presidente alertou ao IGAM para que, em caso de
165 necessidade de alguma alteração de data, os conselheiros sejam comunicados com a
166 devida antecedência. **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
167 tratados, a presidente Paula Meireles Aguiar agradeceu a presença de todos e declarou
168 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

169
170 **APROVAÇÃO DA ATA**
171
172

173
174 Paula Meireles Aguiar
175 Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal do CERH
176

177
178 Evilânia Alfenas Moreira
179

180
181 Rander Abrão Tostes
182

183
184 José de Castro Procópio
185

186
187 Ana Cristina da Silveira
188

189
190 Joaquim Arildo Borges